

ENTREVISTA COM O HISTORIADOR RONALDO VAINFAS, PROFESSOR  
TITULAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

PAULO CAMBRAIA\*

Paulo Cambraia – *Professor, antes de mais nada queremos lhe agradecer pela disponibilidade para conversar conosco sobre a história e a historiografia colonial brasileiras. Nas últimas décadas, a produção do conhecimento histórico sobre o passado colonial brasileiro passou por vários momentos de revisão com foco em alguns modelos explicativos construídos para realidades bem específicas. Talvez uma das mudanças mais importantes tenha sido a ampliação da noção de passado colonial a partir do estudo de experiências muito distintas no interior da América portuguesa. Qual a sua avaliação desse processo historiográfico?*

**Ronaldo Vainfas** – Creio que foi Capistrano de Abreu o primeiro a sugerir que a história do Brasil Colonial adotasse uma perspectiva de “vários Brasis”. No último texto dos *Capítulos de História Colonial* (1907), ele escreveu que, no final do período, havia cinco regiões com características geográficas, etnográficas e econômicas muito diversas. Cinco Brasis unidos pela “comunidade ativa da língua e passiva da religião”. No mais, tais regiões eram quase incomunicáveis. Estava empenhado em relativizar, senão em romper, o modelo de Varnhagen de uma história do Brasil que prolongava a história portuguesa no além-mar. Uma história lusófila, a de Varnhagen, contada a partir do olhar colonizador e valorizadora da experiência colonial litorânea. Capistrano é pouco didático na especificação das cinco regiões, mas *grosso modo* elas seriam: a) o litoral exportador; b) a zona pastoril do norte, com os “sertões de dentro e de fora nordestinos”, cobrindo desde a foz do São Francisco até a Bahia e Minas; c) a “baixada amazônica” caracterizada pela “extração de produtos florestais”; d) a zona pastoril do Sul, nos Campos Gerais do Paraná e na Capitania de São Pedro do Rio Grande; e) a região aurífera de Minas, Goiás e Mato Grosso. Capistrano deu bom destaque a São Paulo, pelo papel que os paulistas exerceram no alargamento de fronteiras, mas não ao Reci-

---

\* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Curso de História da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

fe, a Salvador ou ao Rio de Janeiro, talvez pela ligação estreita destas cidades à governação portuguesa e ao comércio atlântico.

É claro que, desde o século XVIII, e sobretudo a partir do XIX, publicaram-se livros de história regional, entendida como história das províncias imperiais, depois dos estados da República. Muitas vezes uma história “provinciana” com ênfase institucional, não raro jurisdicional. Ainda hoje, muitas pesquisas dedicadas a regiões da dita América Portuguesa mantêm esta perspectiva jurisdicional, ou dela mal de desligam, embora outras se voltem para um conceito social de região, abrangendo economia, padrão etnográfico, hierarquias sociais específicas e, sobretudo, uma territorialidade variável e historicamente construída.

É nesta última perspectiva de história regional que vejo frutificar a antiga proposta de Capistrano para se entender o Brasil Colonial, pois ela chamava a atenção para o *hinterland*, o interior, para os vários sertões de norte a sul do Brasil – e não apenas para o modelo de *sertão* nordestino, construído no XIX – e aqui remeto ao grande livro de Durval Muniz de Albuquerque, *A invenção do nordeste* (1999).

Capistrano inspirou uma história de sertões que deixaram de ser sertões, inclusive nos registros documentais, à medida em que avançava a colonização, fosse espontânea (dos colonos), fosse oficial (sob o comando da metrópole). Basta consultar o catálogo de teses e dissertações da área de História na página da Capes para confirmar não só o grande aumento de pesquisas em história regional como uma problematização mais densa, teoricamente, do conceito de região.

O saudoso Russell-Wood também contribuiu decisivamente para o aumento das pesquisas em história regional no período colonial com o artigo “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro”, original de 1997 e traduzido para o português por Maria de Fátima Gouvêa, em 1998. Nele o autor flexibilizou a rigidez dos conceitos em foco, sugerindo uma cadeia de territorialidades entrelaçadas, com a possibilidade de uma dada periferia funcionar também como centro de outros territórios. Aprofundou tudo isto em *Negotiated Empires: center and peripheries in the Americas*, publicado em 2004. Mas, devo dizer que a perspectiva de Russell-Wood estimulou mais as pesquisas no campo das instituições e governações em cadeia do que propriamente no de regiões, no sentido sugerido por Capistrano. Longe estou de desmerecer esta linha de investigação, que produziu e tem produzido grandes livros, mas digo que, por vezes, re-

sultou em pesquisas minúsculas de resultados discutíveis.

De todo modo, até mesmo no campo dos estudos inquisitoriais, um dos campos de minha predileção, têm crescido as pesquisas sobre a atuação do Santo Ofício em diversas capitanias. Neste caso, o foco é mesmo institucional no recorte geográfico, mas os resultados são excelentes para o melhor conhecimento dos quadros inquisitoriais e do perfil sócio antropológico de sociedades coloniais muito diferentes como as do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e outras.

Paulo Cambraia – *Agora, qual o balanço que você faz de uma carreira de mais de 40 anos pesquisando temáticas referentes ao período colonial, frente a essas mudanças historiográficas das últimas décadas?*

**Ronaldo Vainfas** – Você lembra bem que minha carreira de historiador vem de longe e, durante muito tempo, tendi a adotar uma perspectiva mais geral de Brasil colonial ou, como se prefere hoje, de *América Portuguesa* (expressão raríssima na época, salvo no tratado de Rocha Pita e, pontualmente, em tal ou qual documento oficial). Continuando o parêntesis, agora sem eles, penso que o presumido anacronismo contido nesta última expressão, não chega a ser um completo absurdo, pois os antigos Estados do Brasil e do Grão Pará e Maranhão foram mesmo a base territorial do Brasil pós-1822. Então, entendo Brasil Colonial como a história do Brasil no período colonial, antes de se tornar um Estado nacional. Aliás, desconheço questionamentos similares a expressões como Alemanha ou França medieval, Itália renascentista etc.

Voltando à pergunta, meu primeiro livro, *Ideologia e escravidão* (1986), tratou das ideias escravistas presentes entre os letrados coloniais, sobretudo os jesuítas, em especial nos séculos XVII e XVIII. Dei pouquíssima atenção à dimensão regional, embora os principais escritos sobre o tema tenham sido gestados a partir da experiência escravista da Bahia. Em *Trópico dos Pecados* (1989), outra vez a dimensão regional só foi considerada ancilarmente, pois o foco era sobre a atuação inquisitorial no Brasil contra desvios sexuais e morais, fossem onde fossem. As comparações entre regiões coloniais foram tão (ou menos) importantes do que as feitas entre a (s) sociedade (s) do espaço colonial e as sociedades europeias onde houve perseguições similares.

Este comparativismo com a história da Europa moderna, em especial a ibérica (mas não só), e com a história da América hispânica, acabei adotando nas minhas pesquisas.

Mais concretamente, *Heresia dos índios* (1995) é livro em que a perspectiva regional foi incorporada. Li inúmeros livros sobre a história da Bahia (atento também à geografia e à etnologia) para estudar esta grande rebelião tupinambá na Bahia quinhentista. Mas fiz comparações que me pareceram pertinentes entre a *Santidade* baiana e as idolatrias do México e do Peru à época. Nesses anos 1990, cheguei a pesquisar o movimento milenarista Taqui Ongoy, no Peru quinhentista, com base em fontes primárias. E, por fim, este livro me levou a pesquisar fontes demonológicas europeias, sobretudo porque a *Santidade* foi comentada por dois ilustres jesuítas europeus do século XVII: o francês Pierre Du Jarric e ninguém menos do que o italiano Giovanni Botero. De modo que vejo este livro como uma pesquisa de história regional inserida numa perspectiva iberoamericana e europeia.

Em *Traição* (2008), a mesma coisa. Fiz pesquisa de fontes e aprofundei leituras sobre a história de São Paulo, da Bahia e de Pernambuco, nos mais variados aspectos, nos séculos XVI e XVII. Como se trata da biografia de um jesuíta natural de São Paulo, formado na Bahia e atuante em Pernambuco, fiz muitas conexões entre a trajetória dele e as regiões onde viveu. Mas como o mesmo personagem se bandeou para os holandeses em 1634, converteu-se ao calvinismo e viveu por oito anos na Holanda a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, lá fui eu atrás dele, lendo muito sobre a Holanda e o calvinismo, pesquisando em Amsterdã, visitando os arquivos de Haia, a biblioteca da Universidade de Leiden, onde o meu personagem se tornou Licenciado em Teologia. Cheguei a visitar a cidadezinha de Hardjwick, na Gueldria, onde Manuel de Moraes viveu e se casou (com uma holandesa), visitando o museu histórico local. Enfim, como uma nova guinada na vida do personagem tem a ver com a Restauração Portuguesa de 1640, lancei-me vorazmente a ler sobre o tema – e a bibliografia é vastíssima, li o que pude.

O mesmo em *Jerusalém Colonial* (2010), livro sobre os judeus portugueses estabelecidos em Pernambuco durante o domínio holandês. As pesquisa sobre Pernambuco, Bahia, Portugal e Holanda que fiz em *Traição* me valeram muito para *Jerusalém*. Mas tive que mergulhar na vasta bibliografia sobre a diáspora sefardita, sobretudo em

Amsterdã, mas sem desconsiderar as “várias diásporas da diáspora”, para usar a expressão de Jonathan Israel, grande historiador. Foi desta bibliografia que adotei o conceito de “judeus novos” (Yosef Kaplan, 1996) para diferenciar os judeus portugueses da Holanda, no século XVII, dos judeus tradicionais fugidos da península ibérica para as cidades italianas, para o Marrocos islâmico ou para o império turco-otomano no século anterior. Foi a partir destes imbróglios e reconstruções identitárias que cunhei o conceito de “judeus novíssimos” para designar os cristãos-novos pernambucanos que aderiram ao judaísmo, discriminados, aliás, pelos judeus portugueses vindos de Amsterdã.

Numa visão de conjunto, diria que a minha atenção com as regionalidades brasileiras cresceu muito entre *A heresia dos índios* e *Jersualém colonial*, quer dizer, entre 1995 e 2010. Por outro lado, também cresceu a minha atenção com a história europeia – Portugal, Holanda, Espanha, um pouco a Itália, outro tanto a França, onde os cristãos-novos portugueses viveram ou estagiaram na fuga para a Holanda, sede do sefardismo luso no século XVII. Não por acaso eles denominaram Amsterdã de “Jerusalém do Norte”. Ali se transformaram nos *judeus novos* de Yosef Kaplan. Inspirei-me neles para chamar de “Jerusalém colonial” a comunidade sefardita do Recife neerlandês, atento às continuidades e rupturas entre a experiência holandesa e a pernambucana ou paraibana.

Não sei, francamente, se estou sintonizado com as tendências regionalizantes da pesquisa histórica brasileira, sem desmerecê-las, pois não consigo desligar a nossa história colonial da história europeia. Estou mais próximo de historiadores “exilados”, como Laura de Mello e Souza, na Sorbonne; como Mary del Priore, que se demitiu da USP para se tornar uma historiadora livre; como Luiz Mott, historiador-antropólogo que descortinou temas capitais na história das sexualidades e das religiosidades no período colonial brasileiro.

Paulo Cambraia – *Você acredita que exista um distanciamento entre as pesquisas acadêmicas sobre o passado colonial brasileiro e o ensino de história realizado nos Ensinos Fundamental e Médio das escolas brasileiras?*

**Ronaldo Vainfas** – Creio que sim, em grande parte, baseado na maioria dos livros didáticos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio e, ainda, em contatos informais com o

ensino da história em escolas do Rio de Janeiro.

Tive a oportunidade de ver exposições sobre o Descobrimento do Brasil com materiais confeccionados por alunos do Fundamental I, não lembro a série, nem digo a escola. Eis que me deparei com ampla celebração dos descobrimentos portugueses, exibição da expedição de Cabral, primeira missa etc. Ideia de “descobrimento” reiterada e comemorada. Por outro lado, livros de História do mesmo ciclo Fundamental realçavam a africanidade e a indianidade na formação do povo brasileiro – um espelho, sem dúvida, das políticas afirmativas cujas ideias são exigidas pelo MEC nos diversos PNLDs dos últimos anos. Neste caso, estamos diante de “professores primários” ainda muito ligados a uma história tradicional, porém adotantes de livros “modernos” de inspiração cotista. O resultado não há de ser bom para o aprendizado das crianças, vítimas de dilemas ideológicos da sociedade brasileira.

Nos livros didáticos há amplo predomínio de uma visão vitimizadora do Brasil desde a chegada dos portugueses. Grande destaque para uma colonização predatória, genocida e racista. É claro que os livros incorporam alguns avanços da historiografia, pois os editais do PNLD, paradoxalmente, também exigem isto faz tempo. Alguns boxes ou itens sobre vida cotidiana, sobre hibridismos culturais entre tradições africanas, indígenas e portuguesas, sobre escravos que, alforriados, se tornaram senhores e por aí vai. Mas predomina uma visão vitimizadora de africanos, indígenas e, do próprio Brasil, quando não se sugere que os problemas do Brasil atual derivam do passado colonial.

Ora, se o Brasil atual é a reedição do Brasil colonial, com nova roupagem, ensina-se que nada mudou substantivamente em nossa história. E se não há mudança, não há história. Um ensino da história ahistórico ou mesmo antihistórico, eis o que se ensina hoje sobre a história brasileira.

Convenhamos que fica difícil para um jovem estudante entender como o Brasil se agigantou economicamente no cenário mundial, não obstante tenha aprofundando tremendas desigualdades sociais, se nossa história foi desde o início uma predação contínua. Mais difícil ainda é compreender que os índios ou africanos foram vítimas de um genocídio, sendo a população brasileira, sobretudo em certas regiões, predominantemente indígena ou africana – e, na maioria do país, mestiça. Fica impossível entender que a colonização destruiu a cultura africana, sobretudo as religiosidades, em

um país onde umbandas e candomblés estão espalhados de norte a sul do país.

O ensino da história deveria se empenhar em valorizar a história como conhecimento necessário para a formação de indivíduos e cidadãos. Não para formar militantes de alguma causa. Formar indivíduos com alguma informação e consciência crítica. A História tem uma vocação democrática enorme, se for pensada como forma de conhecimento. Conhecimento imaterial, não utilitário ou ideológico. Se for tomada como ideologia, danou-se.

E não me tomem como apoiante da tal “escola sem partido”, porque este movimento tem partido. Partido inspirado em movimentos evangélicos radicais, que combatem, sob a bandeira do anticomunismo, diversas minorias sexuais, de gênero, de religião etc. Mas, devo dizer que também abomino um ensino da história, geral ou do Brasil, baseada no confronto entre opressores e oprimidos, com demonização de uns e celebração de outros.

Nas duas versões, trata-se de uma história mal contada, que minora os dilemas, as incertezas, a zona cinzenta que marca cada existência individual, com repercussões sociais inevitáveis.

Paulo Cambraia – *Atualmente, acompanhamos de maneira dramática um processo que vem ocorrendo principalmente no estado do Amapá, na cidade de Oiapoque, onde igrejas neopentecostais adentram no cotidiano de algumas etnias indígenas e eliminam parte significativa das religiosidades delas. Como você, um pesquisador reconhecido das resistências indígenas no passado colonial, interpreta esses processos atuais?*

**Ronaldo Vainfas** – Se as tradições indígenas de Oiapoque têm sido realmente atropeladas pelas igrejas pentecostais, lastimo muito, sou frontalmente contrário. E não porque estudei as religiosidades indígenas rebeldes, como historiador, senão porque valorizo as identidades culturais e, num plano mais amplo, as **liberdades**.

Mas pergunto: qual poder têm tais igrejas de eliminar as religiosidades indígenas? Qual é o suporte delas para tal ofensiva? Convertem os índios ao pentecostalismo e conseguem “policiar” o cotidiano religioso deles? A história do Brasil, no campo religioso, é um história de resistência de tradições, recriações originais, sincretismos negociados.

Infelizmente, desconheço, no detalhe, a repressão pentecostal da religiosidade indígena do Oiapoque, porém duvido que prospere se a religiosidade indígena estiver enraizada. Mas caso ela esteja pulverizada e os índios ou descendentes deles optem, de *motu proprio*, por abraçar o cristianismo pentecostal, paciência. Não vou depreciá-los por isso, como se fossem traidores da tradição, nem condenar os pentecostais à prisão perpétua. **Liberdade**, antes de tudo, é o que digo, como cidadão. E, como historiador, desejaria conhecer o processo em detalhes para compreendê-lo e tentar explicá-lo.

Paulo Cambraia – *Qual a sua aproximação com a história colonial da região amazônica?*

**Ronaldo Vainfas** – Minha aproximação é mínima, desatualizada e lateral. Nos anos 1980, quando fazia o mestrado, li o tratado do jesuíta João Daniel, *Tesouro Descoberto no máximo Rio Amazonas*. Foi pouco útil para a minha dissertação, mas me fez conhecer a região no XVIII. Conhecia já a parte das *drogas* do livro de Antonil e textos de Artur César Ferreira Reis, que foi meu professor no mestrado da UFF. Li a crônica do dominicano Gaspar de Carvajal, no século XVI, que deu origem, até onde sei, à expressão “Rio das Amazonas”, *et pour cause*. Li a dissertação de Maria Regina Celestino de Almeida, “Vassalos del Rei nos confins da Amazônia”, publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional*, em 1994. Acompanhei as pesquisas de Ronald Raminelli sobre as viagens de Alexandre Rodrigues Ferreira, inclusive as pranchas, com vários artigos publicados a partir de 2001. Examinei a tese, em 2005, hoje livro, de Almir Diniz, professor da UFAM, *Índios Cristãos*, obra excelente sobre os aldeamentos indígenas na “Amazônia portuguesa”. Utilizei à farta, desde o doutorado, o *Livro da Visitação do Santo Ofício ao Grão Pará*, descoberto, transcrito e publicado, em 1978, pelo saudosíssimo José Roberto do Amaral Lapa. Examinei vários processos, em Lisboa, seguindo o mapa traçado por Lapa. Orientei a tese de Yllan de Mattos, *A última Inquisição*, livro publicado no atual século e dedicado à derradeira visita do Santo Ofício português enviada ao Pará na época pombalina.

Sei de várias teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação da UFPA e da UFAM, mas não as li. Meu conhecimento sobre a história colonial da



Amazônia é, portanto, tangencial e circunstancial. A Amazônia é ainda, para mim, cheia de mistérios.

Paulo Cambraia – *Para encerrar, conte-nos quais são, na atualidade, as suas pesquisas?*

**Ronaldo Vainfas** – Retomei minhas pesquisas sobre o Brasil holandês com o objetivo de verticalizar tópicos só enunciados em *Traição* e *Jerusalém Colonial*. Exemplos: a fortuna de um *capo* “judeu novo” acumulada no Pernambuco holandês; o tráfico de escravos da Guiné e Angola para Pernambuco, baseado no magnífico site *The Trans Atlantic Slave Trade/ voyages*; análise do testamento de Francisco Barreto Menezes, comandante da insurreição pernambucana na fase final das guerras pernambucanas; assuntos específicos dos judeus portugueses, a exemplo da releitura do *affaire* Isaque de Castro Tartas. Trata-se, enfim, para encurtar, de um livro de dez ensaios “independentes”, como diria Roland Barthes, cujo título será: *Olinda & Olanda: o limite da colonização do Brasil*.